



GRUPO PARLAMENTAR

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>528367</u>
Classificação <u>05.02.02.1.1</u>
Data <u>25.06.2015</u>

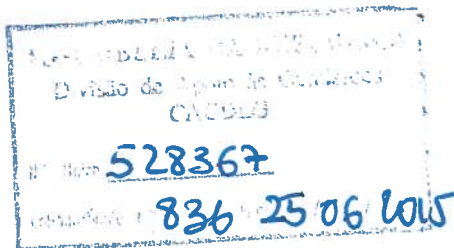
Admitir a candidatura, nos termos do artigo 14º da Lei do Tribunal Constitucional.

A 1ª Jurisdição e a DAPLEN

25-06-2015

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República Dra. Assunção Esteves

N/Ref. GAB/2291/XII/2015 Lisboa, 2015.06.24



Assunto: Apresentação de candidatura

Os Deputados abaixo assinados vêm, nos termos legais e regimentais, comunicar a V. Exa. que decidiram propor para Juiz do Tribunal Constitucional o

- Juiz Desembargador José António Pires Teles Pereira.

Para os devidos efeitos junta-se declaração de aceitação e curriculum vitae.

Com os melhores cumprimentos,

Os Deputados

[Handwritten signatures and names of deputies]

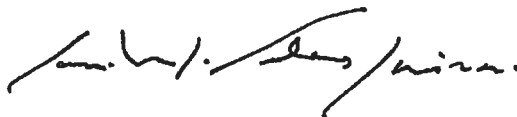
Os Deputados

[Handwritten signatures and names of deputies]

DECLARAÇÃO

José António Pires Teles Pereira, nascido em 13/06/1957, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Coimbra, declaro, para o efeito do artigo 14º, nº 1 da Lei nº 28/82, de 15 de Novembro, aceitar a minha candidatura a Juiz do Tribunal Constitucional apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Lisboa, 24 de Junho de 2015,



(José António Teles Pereira)



CURRÍCULO

José António Pires Teles Pereira

Data de nascimento: 13 de Junho de 1957 (58 anos).

Casado.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Curso de 1976/1981; média final de 14 valores).

Exerceu a advocacia entre 1981/1983.

Ingressou no Centro de Estudo Judiciários em Setembro de 1983 (IV Curso Especial de Formação de Magistrados Judiciais).

Juiz de Direito desde Setembro de 1984.

Prestou serviço nos seguintes Tribunais: Comarca de Lisboa (estágio), Reguengos de Monsaraz; Vila Viçosa; Évora (Juiz de Círculo), Tribunal Cível da Comarca de Lisboa (5º Juízo Cível); Tribunal Militar Territorial de Elvas, Portalegre (Juiz de Círculo); Tribunal da Relação de Coimbra (Secção Cível).

Assessor do Gabinete dos Juizes do Tribunal Constitucional (1994/1996) – Cons. José de Sousa e Brito.

Assessor do Vice-Presidente do Tribunal Constitucional (2003/2006) – Cons. Rui Moura Ramos.

Juiz Desembargador desde Setembro de 2005.

Juiz Desembargador na Secção Cível do Tribunal da Relação de Coimbra desde Setembro de 2006.

Director-Geral Adjunto do Serviço de Informações de Segurança (Novembro de 1997/Junho de 2000) e Director-Geral do mesmo Serviço (Abril de 2001/Julho de 2003).

Vogal da Comissão de Liberdade Religiosa, nomeado pelo Ministro da Justiça (Mandato de 2007/2010).

Fundador da Revista *Sub Judice* e subdirector desta até 2004.

Fundador da Revista *Jurisprudência Constitucional* e actual membro do seu Conselho de Redacção.

Membro, indicado pelo Conselho Superior da Magistratura, da Comissão de Revisão do *Código das Expropriações* (Junho 2012/Fevereiro 2013).

Alguns trabalhos publicados:

“A Liberdade Religiosa e as Relações Igreja-Estado nos Anos Noventa” (*Revista do Ministério Público*, nº 65, 1996, pp. 77/106);

“O «Caso da Cruz»”, em colaboração com Cristina de Sousa Velha (*Revista do Ministério Público*, nº 69, 1997, pp. 163/179);

“Medidas de Segurança”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VIII/Suplemento F/O, António Barreto, Maria Filomena Mónica (Coord.), Lisboa, 1999, pp. 441/446;

“The birth of a New Law of Religious Freedom in Portugal”, *European Journal for Church and State Research – Revue Européenne des Relations Églises-État*, 1997. Vol. 4, pp. 133/147;

“New Religious Movements in Portugal: Legal Aspects”, *New Religious Movements and the Law in the European Union*, Turim, 1999, pp. 309/324;

“O 11 de Setembro e o debate sobre o modelo de Serviços de informações em Portugal” (*Revista do Ministério Público*, nº 89, 2002, pp. 155/164);

“O Segredo de Estado e a Jurisprudência do Tribunal Constitucional”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra, 2003, pp. 769/788;

“« We have some planes» O Relatório do 11 de Setembro”, *Relações Internacionais R:I*, 07, Setembro/2005, pp. 177/185;

“De actor secundário a actor principal: o Supremo Tribunal de Israel e a “revolução constitucional”, in *Estudos em Memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra, 2007, pp. 686/721; foi também publicado na *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 09 – jan./jun. 2007*, http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-275-J_A_Teles_Pereira.pdf; e na *Revista de Derecho Político*, nº 69, Madrid, 2007, pp. 221/259.

“Que Fazer com o Inimigo”, *Jurisprudência Constitucional*, nº 3, Julho/Setembro, 2004, pp. 57/72;

“A Justiça Constitucional nos 30 anos da Constituição portuguesa”, em colaboração com António de Araújo, *Jurisprudência Constitucional*, nº 6, Abril/Junho, 2005, pp. 15/27; estudo originariamente publicado no livro, *La Constitución portuguesa de 1976. Un estudio académico treinta años después*, Javier Tajadura Tejada (coord.), Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2006, pp. 207/227.

“A Indemnização por Expropriação. O caso Especial do Artigo 26º, nº 12 do Código das Expropriações de 1999 na Jurisprudência do Tribunal Constitucional”, in *Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra, 2014, pp. 441/476.